

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU-SENSU-PPLS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FIPAM XXVIII:
COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA

GERSON DE FIGUEIREDO DOS SANTOS

**MUSEUS NO INSTAGRAM: UMA NOVA PERSPECTIVA DE PRESERVAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ENGENHO JAGUARARI**

Belém, Pará

2019

GERSON DE FIGUEIREDO DOS SANTOS

**MUSEUS NO INSTAGRAM: UMA NOVA PERSPECTIVA DE PRESERVAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ENGENHO JAGUARARI**

Artigo de conclusão de curso apresentado ao programa de pós-graduação Latu-Sensu-PPLS/NAEA/UFPA no curso de Especialização FIPAM XXVIII: Comunicação Científica na Amazônia, orientado pela Dra. Ana Lúcia Prado.

Belém, Pará

2019

RESUMO

O sítio arqueológico Engenho Jaguarari (tombamento PA-BA-075), localizado à margem direita do Rio Moju junto à ponte Moju-Alça, à 28 km de Belém-PA, foi impactado pelo projeto Alça-Viária em 2001, cujas obras atingiram o contexto dos vestígios das antigas construções, que devido sua frágil estrutura encontram-se em contínuo processo de degradação e negligenciadas pelo poder público. Como uma alternativa à sua preservação, tem-se discutido a proposta de ações de valoração do sítio. Nesse contexto, este trabalho visa fazer reflexões sobre a comunicação em mídias sociais digitais, como um espaço privilegiado para a comunicação, preservação e divulgação da memória desse sítio arqueológico.

Palavras-chave: Sítio Arqueológico, Engenho Jaguarari, Mídias Sociais, Patrimônio.

ABSTRACT

The Engenho Jaguarari (PA-BA-075) archaeological site, located on the right bank of the Moju River near the Moju-Alça bridge, 28 km from Belém-PA, was impacted by the Alça-Viária project in 2001, whose works reached the context of the vestiges of the old constructions that, due to their fragile structure, are in continuous process of degradation and neglected by the public power. As an alternative to its preservation, the proposal for site valuation actions has been discussed. In this context, this work aims to reflect on communication in digital social media, as a privileged space for the communication, preservation and dissemination of the memory of this archaeological site.

Keywords: Archaeological Site, Engenho Jaguarari, Social Media, Herintage.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho debruça-se, sobre a temática envolvendo sítios arqueológicos datados do período colonial (SANTOS, 2017), especificamente o sítio arqueológico Engenho Jaguarari. Os primeiros contatos com esse patrimônio, foi durante o ano de 2015 enquanto bolsista CNPq/PIBIC, orientado pelo Dr. Fernando Luiz Tavares Marques, e posteriormente, os estudos seguiram para um ponto de vista da museologia, resultando em um trabalho de conclusão de curso, orientado pela museóloga Paula C. Leite Silva.

O sítio Jaguarari está localizado à margem direita do Rio Moju, próximo a confluência com o Rio Acará, junto à ponte Moju-Alça, a 24 km (em linha reta) de Belém. Este local foi impactado pelo projeto de construção da rodovia Alça-Viário em 2001, juntamente com outros sítios arqueológicos ao longo dessa rodovia. Em meados do ano 2000, devido à construção da citada rodovia, a região foi contemplada com o projeto de salvamento arqueológico, que atentou para a urgência na conservação das ruínas da igreja dedicada à Nossa Senhora da Assunção.

As obras da rodovia atingiram o contexto dos vestígios das antigas construções, que devido sua frágil estrutura encontram-se em contínuo processo de degradação (MARQUES, 2004, p. 113-114). De acordo com as informações de Marques (2004, p. 112-113), esta rodovia foi construída em cima das estruturas do pátio da igreja evidenciando também o material arqueológico, bem como os alicerces dessa edificação que foi feita pelos Jesuítas que atuaram no local durante o século XVI a XVII, quando foram expulsos por ordens do Marquês de Pombal (DANIEL, 2004).

“Mapa demonstrando a área onde é localizado o sítio arqueológico Engenho Jaguarari”.



Fonte: Fernando Luiz Tavares Marques

Marques (2004, p. 114) relata que esse salvamento

[...] priorizou o entorno da igreja e as imediações das duas estradas e a área do alojamento. A intenção foi de imediato verificar a existência de possíveis pisos e alicerces relativos à igreja, e no segundo caso, tentar delimitar a área de dispersão do material arqueológico associado à ocupação indígena.

Nesse local foram encontradas várias construções de madeira, incluindo as moradias do gerente e alguns alojamentos para outros empregados, e também um galpão utilizado de abrigo para cavalos e máquinas agrícolas. Nesta área foram localizados alguns vestígios do antigo engenho de cana de açúcar, como a Calha, e alicerces da fábrica, além do muro de arrimo, que serviu de cais (MARQUES, 2004, p. 106).

Durante as escavações realizadas na área próxima à igreja, e também no cemitério, propiciaram a descoberta de indícios relativos à pré-história e ao período colonial - que representa a maior quantidade de objetos coletados -, bem como, os pisos, alicerces, que provavelmente pertenciam à sacristia e outras construções anexas. E durante essa ação, foram coletados 3282 objetos (MARQUES, 2004, p. 118).

Diante desse contexto, surge a principal problemática referente ao Jaguarari como bem arqueológico, pois, constitucionalmente esses bens são protegidos pela Constituição Brasileira de 1988, que, no primeiro parágrafo do Art. 216, diz:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

No entanto, o Jaguarari, bem como os outros sítios impactados por essas obras, não foram contemplados com essa proteção, e devido à falta de iniciativa do Estado, esse sítio está

abandonado pelo poder público (MOREIRA, 2010). Considera-se que, estes bens, na esfera da divulgação museológica, não são somente armazenados em um acervo e colocados em estado de “petrificação” e esquecimento, mas são estudados e divulgados para a sociedade, seja em exposições, através de publicações e, principalmente em ações de comunicação e divulgação científica. Por esse motivo, este trabalho foca na proposição de ações de valorização cultural desse sítio, através de Mídia social, como uma estratégia para sua preservação, comunicação e salvaguarda.

Embora sabe-se que não é possível que um sítio histórico ou arqueológico, seja retirado de seu local de origem e seja realocado dentro de um museu, sem perder suas características signicas¹. Porém, visando que estes locais sejam preservados e protegidos, é comum a criação de museus ou espaços musealizados.

Partindo desse ponto de vista, podemos refletir que o Sítio Jaguarari, que foi impactado pelo projeto Alça-Viária, cujas obras da rodovia atingiram o contexto dos vestígios das antigas construções, que devido sua frágil estrutura encontram-se em avançado processo de degradação (MARQUES, 2004, p. 111-112). Entretanto, se houver uma valoração desse sítio, é possível que este seja preservado. Partindo desse princípio, busca-se refletir sobre a possibilidade de divulgação e comunicação das Mídias sociais, especificamente o Instagram, como instrumento de comunicação, divulgação e preservação.

Nesse sentido, a metodologia desta pesquisa teve caráter qualitativo e quantitativo, por meio de estudos sobre o estado de conservação e do contexto histórico e social do material arqueológico coletado nesse sítio, aliado às pesquisas bibliográficas e documentais. Portanto, é de grande relevância levantar a situação atual do sítio arqueológico Jaguarari, com base em projetos e teses publicadas sobre a região, em fatos históricos, bem como a realização de visitas ao local, e também a análise dos objetos arqueológicos em laboratório.

As atividades compreenderam no levantamento de bibliografias, uma vez que se saiba qual temática abordar é preciso definir qual fonte de informação será empregada (CUNHA, 2001). A partir da observância da complexidade envolvendo este trabalho, foi importante realizar esse levantamento sobre as áreas da Museologia, do Patrimônio, e da comunicação, envolvendo teóricos, legislações, decretos de leis, normativas e tratados internacionais que

¹ Marques e Costa (2015, p. 28), informam que os locais de construções humanas como praças, ruas, igrejas, parques, etc., constituem uma paisagem que reflete a relação do homem e a natureza. Assim, podemos afirmar que os locais estão cheios de memórias e significados, a retirada dessas construções, afetará em perdas das características do entendimento desses patrimônios.

discutem, conceituam e normatizam as estratégias para a proteção desse tipo de bem. Como o sítio o qual é tratado neste trabalho é considerado um objeto da Arqueologia, foram feitas pesquisas sobre autores e teóricos que definem os conceitos relacionados a este tema, foi também de suma importância pesquisar a história do Sítio Arqueológico Engenho Jaguarari. Foi realizado um levantamento de museus que possuem contas no Instagram e utilizam essa ferramenta como um instrumento de divulgação e comunicação. Foi necessário, também fazer algumas entrevistas com os administradores de alguns museus do Instagram. Essas entrevistas foram realizadas no próprio Instagram, via Direct Message, que é uma ferramenta de chat dessa mídia social.

1. SITIO ENGENHO JAGUARARI; UM EXEMPLO DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA.

Antes de discutir sobre a preservação desse espaço, é importante apresentar um pouco do contexto histórico e social desse patrimônio.

1.1. O CONTEXTO HISTÓRICO DO SITIO ENGENHO JAGUARARI

Historicamente, esse engenho está relacionado com o período que a Companhia de Jesus atuou na Amazônia. Baena (1969, p. 31) destaca que as ordens religiosas foram generosamente contempladas, na divisão de terras. Além de terras, os Jesuítas obtiveram o controle das aldeias indígenas, por conta do alvará de 15 de março de 1624, apresentado na Câmara de Belém, pelo Frei Cristóvão de Lisboa, Custódio dos Capuchos, Comissário do Santo Ofício e Visitador Eclesiástico, que vedava aos colonos a administração das aldeias.

Bettendorff (1990, p. 251) relata que o Sítio Arqueológico Engenho Jaguarari foi fundado na segunda metade do século XVII, quando pertencia a Bernardo Serrão Palmela e sua mulher Isabel da Costa, e por volta de 1660, estas terras foram doadas aos padres da Companhia de Jesus pelo casal, com o termo de condição que até a sua morte os clérigos os sustentariam.

Leite (1943, p. 302) informa que, esta propriedade foi implantada pelo padre Francisco Veloso, e que no início de sua fundação era constituída de pequenas roças e construções feitas pelo padre Manuel Nunes. Daniel (2004, p. 203-204) assinala que, depois da Fazenda Ibirajuba, a Fazenda de Jaguarari foi um dos mais prósperos empreendimentos que a Companhia possuía no Pará até o ano de 1759, quando foram expulsos das terras pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, pois havia grande conflito entre os Colonos e os padres que monopolizavam, de certa forma, a mão-de-obra.

Após a expulsão dos Jesuítas, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro ordena um levantamento das condições da fazenda para determinar sua possível partilha entre os colonos ou a transformação em vila. Através deste, constatou-se que a Fazenda de Jaguarari compreendia uma imensa área, de uma légua em quadro (6.600m x 6.600m) situada na margem direita do rio Moju e na outra margem, mais meia légua de terra, destinada à plantação de um canal de cerca de 1.800m x 200m (MARQUES, 2004, p. 107). Após a expulsão da Companhia, as terras do Jaguarari foram arrematadas na Junta da Administração da Fazenda Real da Capitania do Pará, em 1768, para o pagamento dos serviços militares prestados pelo tenente coronel Valério Mendonça Furtado (MARQUES, 2004, p. 10).

Marques (2004, p. 107-109) destaca que foi realizado um levantamento das condições da fazenda, com vistoria realizada por Feliz José de Lucena Coutinho, em 15 de outubro de 1761, por ordens do governador Manuel Bernardo de Melo, e foi verificado no documento que “[...] foram incluídas também cento e cinqüenta e sete pessoas, correspondendo a 62 escravos negros, avaliados em seis contos e quinhentos e setenta mil réis, e 95 índios” (MARQUES, 2004, p. 108).

Atualmente esse terreno pertence ao grupo empresarial Yamada, que exerce atividades pecuárias no local, restando algumas estruturas do antigo engenho (MARQUES, 2004). Em 1996, a área foi objeto de um estudo realizado no projeto “Levantamento de Sítios de Engenho no Estuário Amazônico”, por meio do qual, constatou-se sua importância arqueológica como remanescente engenho de açúcar e aguardente datado do período colonial, agregando também um valor histórico promissor para o turismo.

Restam, no local, as estruturas que fazem parte do patrimônio arqueológico do local: as ruínas de uma igreja do séc. XVII (figura 6), de acordo com Marques (2004) possui paredes de até 1m de espessura, e que, ora foi em homenagem a Nossa senhora de Assunção, ora foi chamada de Nossa senhora do Carmo, até pouco antes de ser desativada. Não se sabe ao certo a quando ocorreu essa mudança.

Durante a construção da rodovia, de acordo com Marques (2004, p. 37-38), próximo à ruína da igreja, a menos de 5m da fachada, foi realizado um corte do terreno, que chegou a mais de 3m de profundidade, trazendo, então, sérios riscos para a estabilização das estruturas dessa edificação que se encontrava em processo de arruinamento, bem como destruiu, irreversivelmente, camadas de solo onde é encontrado o material arqueológico.

Segundo as informações dos moradores, ainda é possível observar o muro de arrimo, localizado na margem do Rio Moju, e que era utilizado como cais, para atracar embarcações no tempo que funcionava ali o engenho de açúcar e aguardente.

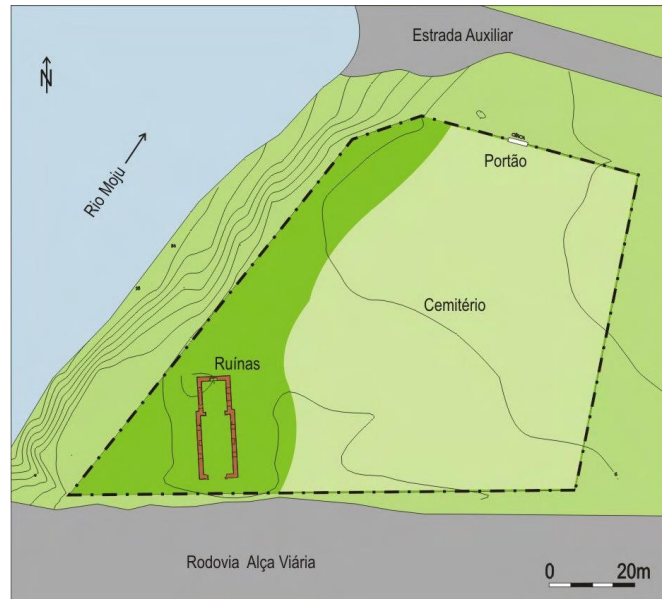
“Foto das ruínas da igreja (local onde foram realizadas as escavações), tirada durante o salvamento arqueológico em 2002”.



Fonte: Equipe de salvamento arqueológico.

As investigações arqueológicas revelam que a igreja se apresenta em processo de arruinamento e degradação. Esse edifício constitui-se de dois compartimentos referentes à nave, medindo 13m x 7m, e a capela do altar, medem 7,2m x 5,8m, possuindo paredes com 1m de espessura, e, aproximadamente, 6m de altura. Marques (2004, p. 112) destaca que a constatação das aberturas dos vãos de janelas e nichos nas paredes laterais, bem como das dimensões dos dois ambientes, conduz à associação imediata da descrição do templo que foi detalhada no inventário da Fazenda, realizado em 1761, conforme citado anteriormente.

Plano geral da área da capela do Jaguarari, com indicação de um cemitério contíguo, e das alterações do entorno, a partir da construção da rodovia Alça Viária.



Fonte: Fernando Luiz Tavares Marques

Marques (2004) atenta que, muito além do estrago causado pela construção da rodovia, naquele local, os tremores causados pela circulação de veículos é um dos principais fatores para a degradação dessas ruínas. Vale destacar que, a partir da análise do local, tendo em vista o estado de conservação e preservação do mesmo, foi verificado que, as estruturas das ruínas estão em processo de degradação, causado tanto pela flora (raízes e caules que perfuram as estruturas), quanto pelo tremor, causado pelos automóveis que atravessam a ponte, como destacamos anteriormente. Todavia, devemos considerar que o clima do local também é prejudicial, nesse sentido deve ser ponderado o intemperismo, segundo Froner, (2008, p. 26) temperatura, umidade, raios UVA e UVB são os principais vilões da conservação de bens patrimoniais (PEARSON, 2011, p. 17; BRADLEY, 2011, p. 20).

Detalhe do Interior de uma calha situada nas imediações do Engenho Jaguarari, que segundo informação oral local, foi construída no início do século XX, para movimentar uma serraria e gerar eletricidade para uma comunidade que lá existia.



Fonte: Fernando Luiz Tavares Marques

Muitos fatores influenciam a durabilidade dos bens patrimoniais, porém, na região amazônica o que mais propicia a degradação e o desgaste de certos patrimônios, são a umidade e temperatura, como considera Souza (2008, p. 3): “A maioria dos problemas de degradação que ataca as obras/documentos é decorrente de um ambiente inadequado, sendo, portanto, um problema de conservação”.

Qualquer material, mesmo que possua todas as propriedades físicas e químicas para durar séculos, sofre influências que prejudicam sua durabilidade. Essas influências são classificadas como: agentes internos, que provêm da matéria-prima e dos métodos de confecção; e agentes externos, que ocorrem a partir do uso e dependem do meio ambiente, da guarda, do manuseio e das intervenções (SOUZA, 2008, p. 3).

A umidade e temperatura são fatores que são diretamente proporcionais, ou seja, quanto maior o calor, maior o teor de umidade (PEARSON, 2011, p. 36). Portanto, a região tropical onde se encontra o estado do Pará, é caracterizada pelos altos índices pluviométricos e altas temperaturas, significando um obstáculo aos profissionais da conservação, pois trata-se de ruínas de um sítio histórico arqueológico, que estão expostas em um ambiente instável, à grande incidência solar, à variação térmica, e de umidade. Portanto, não é um Objeto de museu que pode ser movido de seu lugar de origem. As ruínas são bens patrimoniais que carregam consigo, além de sua história, memórias particulares e coletivas, um universo de relações humanas.

Como uma marca da sociedade brasileira, o processo de colonização ocorreu, principalmente, com a interação sociocultural entre os povos indígenas e negros que foram escravizados, e os seus “senhores” os colonos europeus (RIBEIRO, 1978, p. 142), nesse campo

de interações, que é descrito por Coelho e Marques (2012, p. 279) como um contato que, no contexto amazônico, primeiramente, “[...] encontros esparsos com várias comunidades, destinadas ao escambo de produtos como a madeira, ou ainda procurando obter apoios para a navegação marítima e fluvial”. Porém, com a chegada das missões religiosas em nosso território, esse contato passou a ter uma característica mais imposta, como descreve o padre jesuíta Daniel (2004), sobre as populações indígenas que, para ele, tiveram de passar por um processo de “civilização”, como ele descreve:

Em todo o mundo as escolas, e os estudos os meios comuns, e universais para civilizar os povos [...], e se este é o meio indispensável para aprender a ser homens e ainda mais gentes mais cultos, com maior razão o deve ser nas nações bárbaras, rústicas e ferinas, como são os índios da América (DANIEL, 2004, p. 228).

Partindo desse contexto, deve-se considerar o sítio arqueológico Engenho Jaguarari, como um patrimônio que retrata não somente os períodos em que este local era tido como uma próspera fazenda a qual pertenceu aos Jesuítas (LEITE, 1943), ou mesmo “[...] um grande engenho, de cana e acessórios, um pilão para socar arroz, e os alambiques construídos segundo o modelo inglês” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 69) – como foi descrito pelos naturalistas alemães Spix e Martius, que visitaram o Engenho Jaguarari durante o início do século XIX (MARQUES, 2004). Todavia esse espaço deve ser referenciado como um espaço que evoca o duro processo de colonização do nosso território, bem como um exemplar da escravidão, a qual foram forçados a se submeter tantos os indígenas, quanto os negros, e dessa interação foram originados os traços econômicos (RIBEIRO, 1978), socioculturais e étnicos (GALVÃO, 1976).

De acordo com Saladino (et al, 2016), esse tipo de espaço contrai o caráter educacional das instituições e processos museológicos, entretanto, para sua nitidez, é necessário integrá-lo em projetos políticos cuja função é

[...] a formação de cidadãos a partir da consolidação de representações identitárias, do empoderamento de segmentos específicos e da transformação da sociedade pela via do desenvolvimento sustentável, por exemplo.

Cardoso, Bararuá e Vale (2014, p. 63) relatam que muito da nossa cultura amazônica surgiram nesses aldeamentos, que eram evangelizados pelos Jesuítas: comidas, festas ou lendas regionais. Arenz (2014, p. 55-56), evidencia que o convívio entre os indígenas e os padres da Companhia de Jesus deu início ao modo de viver, e as crenças típicas da Amazônia, tanto nas comunidades ribeirinhas, quanto nos grandes centros urbanos. Essas descrições foram observadas durante as visitas à comunidade do entorno desse sítio, aonde os moradores dali mantêm suas relações com esse local, que não se restringem à retirada dos frutos, ervas ou a

exploração de animais (caça e pesca), mas, também, à questão memorial, sentimental e de afeto com esse bioma.

1.2. A COMUNIDADE DO ENTORNO E SEU CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO

Falando um pouco das pessoas que moram nas proximidades desse engenho, não há como dizer sobre a totalidade de habitantes, pois essa comunidade é grande, e como relataram alguns moradores: há pessoas que mudaram-se dali, e alguns moram em cidades próximas (como Belém, Ananindeua, Barcarena, etc.) e outras não se têm notícias.

Conforme observado durante as visitas à área, a comunidade que vive no entorno do sítio apresenta-se como um estilo de vida simples e humilde, possuindo como principal fonte de renda a extração de frutas tropicais, com destaque para o açaí, muito abundante no período de safra, de julho a dezembro. No período restante do ano, os moradores passam por situações de dificuldades, sobrevivendo com uma renda mensal de menos de um salário mínimo por mês.

De acordo com os dados apresentados por Moreira (2010, p. 11) o nível de escolaridade da população é baixíssimo, onde apenas 6% dos moradores conseguem alcançar o nível médio e cerca de 30% dessa população, está no grupo dos que são analfabetos ou frequentaram apenas a alfabetização. Para agravar ainda mais esse contexto, há apenas uma escola, a Foz do Cabresto, voltada para alunos de 1ª a 4ª séries. Com isso, as crianças menores de sete anos não têm acesso à escola e os jovens que deveriam cursar a partir da 5ª série são obrigados a percorrer longas distâncias, de canoa, para estudar na comunidade vizinha. Estas dificuldades contribuem para uma grande evasão escolar.

Em geral, as pessoas da comunidade não costumam participar de atividades socioculturais ou de lazer, sendo tomadas pelo ócio, dando margem ao surgimento de problemas sociais. Por outro lado, algumas famílias dedicam-se à vida religiosa, frequentando a única igreja do lugar, que é um templo adventista localizado próximo da escola. Porém, a maioria dos moradores não frequentam a igreja. Um lugar com estrutura bem rústica, se comparado à cidade.

No entanto, apesar desses índices apontarem para o um futuro negativo, devemos entender esse local como uma cidade da floresta da floresta, discutido por Trindade Júnior (2013, p. 4-5), que possuem um tempo próprio, diferente dos centros urbanos, onde a vida e o conhecimento dessas comunidades tradicionais são diferentes de nossas grandes cidades de

asfalto e cimento onde o tempo e a necessidade do imediato reinam (TRINIDADE JÚNIOR, 2013, p. 13).

Nesse tipo de comunidade, o dinheiro não se vale tanto, quando a presença do regatão é presente. Nesse contexto, o dinheiro é trocado simbolicamente pelos produtos (pescados, frutas, carne de caça, especiarias e farinha), de certo modo, os índices de analfabetismos são graves, porém vale lembrar, que analfabetismo não é sinônimo de alta de conhecimento, pois, nas comunidades tradicionais, há um elevado grau de conhecimento tradicional, que apesar de negligenciado pelos “cientistas”, muitas vezes é usado na medicina ocidental (GIRALDI; HANAZAKI, 2010, p. 395).

2. MUSEALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

As discussões da proteção do patrimônio surgiram a partir da revolução, onde houveram as primeiras políticas de proteção, além das primeiras definições sobre patrimônio como conhecemos atualmente² (CHOAY, 2001, p. 116). Estas políticas surgem em paralelo com o aparecimento da entidade Estado, como uma instituição reguladora das leis e, principalmente, representante do Povo, que segundo o pensamento do filósofo francês Locke, esses indivíduos consentem poderes à uma administração pública e essa, em retribuição, garante direitos à essas pessoas, principalmente o direito à propriedade privada (CERQUEIRA, 2000, p. 12-24).

2.2. BREVES ABORDAGENS SOBRE O PATRIMÔNIO E A MUSEALIZAÇÃO

Desvalléss e Mairesse (2013) relatam que nesse período havia uma elevada taxa de vandalismo ao patrimônio, pois, a população realizava a depredação desses bens, com a finalidade de protestar contra o Clero e a Nobreza, que havia sido deposto do poder (HOBSBAWN, 1993). Por isso, a partir da criação do Estado Francês, onde, de acordo com Lima (2012) a ideia de patrimônio - que antes era somente de responsabilidade individual - desmembrou-se em patrimônio comum, e esses indivíduos tinham no Estado seu representante, e como essa entidade apropriou-se dos bens que antes eram da realeza, passou a dá-los como símbolos da memória da França (CHOAY, 2001.). Nesse sentido, essa noção passou a

² Partindo desse princípio, Choay (2001), destaca que a terminologia Patrimônio tem sua gênese na sociedade republicada da Roma antiga (510 a. C. – 27 d. C) onde, de acordo com Lima (2012), designava um conjunto de bens (ou propriedades) e os status sócio/culturais passados por direitos de herança de um pai de família (ou em latim pater familias) ao seu primogênito.

contribuir como instrumento de ideologia nacionalista, onde o Estado tomou a responsabilidade pela manutenção e preservação desses bens (LIMA, 2012, p. 34).

No contexto do século XXI, no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é o órgão governamental, tem a responsabilidade legal sobre o patrimônio, e considera como sítios arqueológicos:

[...] os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob rocha. As inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana [...] (IPHAN, 2004).

Segundo o IPHAN (2004), os bens arqueológicos estão definidos e protegidos legalmente pelo artigo 216 da Constituição Brasileira, protegidos, também, pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo configurados como bens patrimoniais da União nesse sentido sua tutela é dada ao IPHAN.

Os objetos arqueológicos são considerados como bem patrimonial nacional, segundo o os parágrafos 1º e 2º do Art. 216 da Constituição brasileira, por constituírem testemunhos civilizatórios ou culturais, portadores de interesse cultural relevante, e presumem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade, ou exemplaridade, competindo ao Estado a competência ao seu arquivamento, proteção, conservação, gestão, valorização e divulgação (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, podemos qualificar o Jaguarari como um patrimônio arqueológico, pois este sítio remonta a um período histórico que marca a sociedade brasileira, pois ele é um testemunho da formação sociocultural e étnica, do paraense (como foi dito anteriormente) pois foi um território de relações culturais entre europeus, índios e negros (MARQUES, 2004, p. 107-109), bem como um exemplo do processo de miscigenação que ocorreu em todo o território nacional (RIBEIRO, 1978, p.140-147). No entanto, apesar de haver diversas pesquisas e várias escavações nesse sítio, ele é encontrado em abandono e em constante processo de degradação.

Este sítio (bem como muitos), mostra que há um problema no Brasil, onde, embora os bens arqueológicos estejam protegidos, tanto por recomendações internacionais - na figura das cartas patrimoniais -, quanto nacionalmente, na figura de leis, tal como a Lei nº: 3.924/61 (BRASIL, 1961) e portaria 299/04 do IPHAN (IPHAN, 2004), esses fatores não garantem a proteção e preservação desses bens. Marques (2004, p. 17) destaca que, muitos desses sítios arqueológicos são alvos de depredação e destruição, até mesmo pelo próprio poder público,

como é o caso dos Engenhos Uriboça e Jaguarari, e nesse caso destacamos a situação do Sítio Engenho Jaguarari onde, de acordo com Marques (Idem):

[...] ocorreram várias intervenções relativas à construção da cabeceira da ponte do rio Moju ocasionaram prejuízos ainda mais graves à integridade do contexto arqueológico. Especificamente, bastante próximo à ruína da igreja, remanescente do século XVIII, a menos de 5m da fachada, foi realizado um corte do terreno, que chegou a mais de 3m de profundidade, que trouxe sérios riscos para a estabilização de uma estrutura histórica já em processo de arruinamento, bem como destruiu, de maneira irreversível, camadas de solo com material arqueológico.

Moreira (2010, p. 3) conta que durante o Fórum de Turismo e Arqueologia da Amazônia, realizado no Pará em 2005, discutiu-se que:

[...] os casos mais frequentes de danos ao patrimônio arqueológico estão vinculados aos grandes projetos empreendedores e a utilização desenfreada do turismo nas áreas dos sítios arqueológicos, que não leva em consideração o valor histórico e cultural que representam para a humanidade.

Sobre esse assunto Bruno (1995) constata que a maioria dos problemas referentes ao patrimônio arqueológico é causada pelo exílio da memória arqueológica, pois muitos desses sítios estão afastados do conhecimento da população. Esse afastamento contribui para o descaso e o esquecimento desse patrimônio (BRUNO, 1995). Najjar e Bezerra (2009, p. 289-290) reiteram que esses problemas também são causados pelo desuso desses espaços e pelo descaso do poder público, e, também, é reflexo do desinteresse da população e esses fatores contribuem para a deterioração e para o tráfico desses bens.

Já para Gusmão e Marques (2014, p. 111-112) o que é observado, no panorama da Arqueologia no Brasil, especificamente no Pará, resume-se na acumulação desenfreada de objetos arqueológicos por parte das instituições museológicas, porém, há pouco envolvimento desses bens em processos museológico, revelando o caráter dos museus paraenses apenas como instituições de guarda de objetos, como eram os museus clássicos.

Como uma das estratégias para a reversão desse quadro, é refletido por diversos autores, que o uso desses espaços diminuiria significativamente, as perdas sofridas ao longo dos anos (NAJJAR; BEZERRA, 2009, p. 290). Como uma dessas estratégias, o processo de musealização³ - ou seja: aquisição, documentação, conservação, pesquisa e transmissão

³ Este termo, de acordo com Guarnieri (1984), é um conjunto de ações de valorização, que objetivam a preservação do patrimônio, indo além da sua materialidade, fazendo com que esses objetos tomem o sentido documental, como é afirmado também por Maroevic (2006, p. 111), que reflete sobre esses bens detentores de determinados valores, pois ao serem inseridos no contexto museológico, documentam outro contexto no tempo-espaço. Nesse sentido, essa forma de documentar é realizada através das etapas desse processo, que consistem na seleção, aquisição, gestão, conservação, pesquisa e comunicação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 59).

(DESVALLÉS; MAIRESE, 2013. p. 56-58; CURY, 1999, p. 26) –, bem como o uso turístico desses espaços, seriam importantes ferramentas para a preservação da memória desses patrimônios (CURY, 1999, p. 289).

2.2 . MUSEALIZAÇÃO: UMA NOVA VIDA PARA O PATRIMÔNIO-

Aqui, deve-se atentar ao objetivo principal deste trabalho, no que se refere a preservação. Nesse sentido, apesar de ser ambíguo, a o tipo de museologia proposta neste trabalho é diferente daquela a qual podemos considerar “forma clássica”. Este trabalho não irá propor a transformação desse sítio arqueológico em um espaço musealizado, mas argumentará sobre a preservação, comunicação e divulgação desse espaço em uma nova perspectiva.

De acordo com Chagas (2003), a musealização, é uma ação seletiva, relacionada a um contexto de atribuições de valores simbólicos, pois atua com a agregação de valor aos objetos, dando a eles uma esfera de importância em determinado contexto. Portanto, devemos entendê-la como uma ação de valoração dos bens culturais (CURY, 1999), assim como acontece com o processo de patrimonialização⁴ (GONÇALVES, 1996 p. 25).

Diferente do pensamento popular, discutido por Desvalles e Mairesse (2013, p. 56), que trata os museus e instituições museológicas como lugar de “coisas velhas”, ou de “coisas paradas no tempo”, o processo de musealização atua em contramão à este pensamento, já que estes objetos, quando são inseridos no contexto museológico, não entram em desuso, mas adquirem a função simbólica de retratar, referenciar, documentar e informar um determinado contexto, assim há uma ressignificação⁵ deles (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013. p. 56-57).

Vale destacar neste momento uma característica importante dos Objetos de Museu, os quais, quando entram na esfera museológica, perdem seu uso original, como discute Desvallés e Mairesse (2013, p. 56): ele não poderá ser usado para exercer a função original para qual foi feito, tampouco poderá ser aproveitado de forma econômica. Porém, a musealização lhe confere outro uso: o caráter de documento. Nesse sentido, Loureiro (2016, p. 99) discute que:

⁴ Lima (2012, p.34) destaca que o processo de aquisição nacional dos bens que pertenciam ao Clero e à Nobreza denomina-se “Patrimonialização”, definido por ela como, uma ação que adiciona a dimensão social na discussão da necessidade de preservação, e esse ato extrapolam as características materiais dos objetos (CHOAY, 2001, p. 34-35). Esse processo, de acordo com Silva (2011, p. 109), é uma ação (ou ato) cuja finalidade é fomentar o desenvolvimento através de ações de valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural.

⁵ No âmbito da Museologia este termo consiste em inserir os Objetos de museu “[...] no mundo que os cercam, reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos” (JULIÃO, 2006, p. 95). Através da ressignificação, podemos pensar nas referências culturais como documentos informativos de um determinado contexto sociocultural, inserindo-as no contexto museológico, através da musealização.

Um objeto é tornado documento por aquele que busca a informação e reconhece nele um significado; sendo assim, emissor e receptor estão autorizados a lhe atribuir sentidos.

É imprescindível discutir um pouco sobre o conceito e documento, e isto remete a 1951, quando foi publicado o manifesto sobre documentação intitulado “Qu’est-ce que la documentation?”, onde Suzanne Briet, define documento como “todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado para as finalidades de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951 apud: LOUREIRO, 2016, p. 97).

Atualmente, com os avanços tecnológicos, a noção de documento foi ampliada, não se limitando somente ao registro escrito, nesse sentido, Loureiro (2016, p. 98), argumenta que o documento é “o produto de uma vontade, a de informar ou a de se informar – e pelo menos o segundo é sempre necessário”. Por essa definição, deve-se considerar que os objetos também são tomados como documento, uma vez que a eles são atribuídos significados.

De acordo com Loureiro (2016, p. 98), qualquer objeto pode ser tido como documento, uma vez que a eles é atribuído um significado incorporado em sua esfera material/conceitual. Como exemplo, temos os objetos arqueológicos e etnográficos, que em seu contexto original, jamais foram pensados como formas de informações sobre suas culturas, mas que no sentido científico, são usados como documentos, vestígios, testemunhos de uma especificidade no tempo-espço de determinado grupo sociocultural, funcionando como Objetos-documento.

Nesse sentido, pode-se considerar que os valores atribuídos aos objetos, para serem inseridos no processo de musealização, consistem em sua capacidade de documentar uma realidade através da abstração conceitual, informativa e simbólica (LIMA, 2015, p. 388); bem como informar esse contexto, como é afirmado por Maroevic (2006).

Assim, uma definição desse processo, que também é importante para nosso argumento diz:

[...] um conjunto de **processos seletivos** de caráter **infocomunicacional** baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é **atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação**. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de **constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos** que, reunidos em um sistema coerente, **representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa** (LOUREIRO, 2016, p. 101 – Grifo nosso.)

Esta definição aborda que o caráter de informacional atribuído aos objetos musealizados, isso os transforma em um documento, tornando-os instrumentos na preservação

da memória, proporcionando a difusão do conhecimento, por isso são tomados em um contexto maior do que aquele o qual foram retirados. Maroevic (2006) diz que o caráter de um objeto em informar, insere o processo de musealização no âmbito científico.

Assim o caráter documental atribuído aos Objetos de museu, cria um paralelo com a noção de preservação, uma vez que esse processo atua tanto nas esferas físico-químicas – através dos procedimentos de conservação dos acervos coletados pelo museu –, quanto no caráter informacional e documental do patrimônio através das ações de documentação, pesquisa e divulgação (DESVALLÉSS; MAIRESSE, 2013).

2.3. MUSEALIZAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE PRESERVAÇÃO PARA ALÉM DA MANUTENÇÃO MATERIAL DOS OBJETOS.

Pode-se considerar (partindo da noção infocomunicacional e documental atribuída ao patrimônio musealizado) que a musealização não consiste apenas em passar por procedimentos técnicos de salvaguarda, é necessário a existência de um plano mais amplo, que vise a preservação em longo prazo (JESUS, 2010), pois a forma que os museus preservam, não está ligada somente ao caráter físico dos objetos musealizados, todavia está atrelada com a preservação das informações desse material.

A preservação ocasionada pela musealização pode ser definida, em um sentido amplo como

[..] o conjunto de ações voltadas para a manutenção de um determinado bem cultural, desde os instrumentos legais que o protegem até os mecanismos e as intervenções que colaboram para sua integridade, passando pelas ações de documentação, destinadas ao registro e à transferência de informações (SANTOS; LOUREIRO, 2012, p. 50).

Partindo dessa abordagem, pode-se entender que a preservação atua com as especificidades da manutenção material e dos instrumentos simbólicos de agregação de valor documental e informacional, portanto, a musealização preserva não somente o caráter material dos objetos, mas também seu caráter informacional. Por isso, a preservação, na esfera museológica, tem como seus meios e fins procedimentos que visam às características informativas e comunicacionais (LOUREIRO, 2016, p. 101). Nessa conjuntura, é necessário entender que os Objetos de museu (ou museália), não são um fim em si, mas deve-se entender que uma das principais metas da Museologia e dos museus, é a comunicação, através da transmissão de informação e do conhecimento por todos os meios disponíveis (SCHEINER, 2012).

Todavia, deve-se assumir que os objetos não possuem uma vida infinita (BRADLEY, 2011), mas a deterioração destes é um processo natural (TEIXEIRA, 2012). Portanto, cabe aos procedimentos de conservação, diminuir essa deterioração, mas não eliminá-la – uma vez que ainda não temos tecnologia para esse feito –, por isso, é necessário manter as características informacionais desses bens, pois elas não dependem de um suporte físico único, e podem ser no meio digital, através de sites na internet, materiais impressos em papel ou mesmo na nossa memória.

Padilha (2014, p. 19), destaca que, ao serem transferidos ao contexto museológico, os bens culturais recebem um valor documental e, por isso, precisam ser preservados (no sentido de registro, pesquisa e conservação) e difundidos pelo processo de ressignificação que concerne à musealização. De acordo com Loureiro (2016, p. 100), a preservação do patrimônio consiste em duas possibilidades, denominadas de *ex situ* e *in situ*. Nesse contexto, partindo da preservação material *ex situ*, que é uma das estratégias usadas pelos museus clássicos, podemos defini-la como forma de preservação, cuja ação principal é a retirada de determinado objeto de seu contexto para inseri-lo em uma reserva de museu ou de instituições de pesquisa (LOUREIRO, 2016).

De Mello e Barroso (2011, p. 8), definem a preservação *in situ* como:

[...] um recurso metodológico de comunicação da pesquisa arqueológica procurando evitar a descontextualização dos sítios arqueológicos e propiciando o acesso do público.

No entanto, o foco deste trabalho consiste em abordar formas de preservação que vão além desses modelos, e os complementa. Nesse sentido, as tecnologias (a internet e os telefones móveis, principalmente) de comunicação desenvolvidas no século passado foram muito importantes para os processos de preservação, desde a invenção da fotografia, pois como foi discutido anteriormente, o ato de preservar vai muito além de manter as características físicas, ou a integridade físico-químicas de um bem material, mas diz respeito, também, às informações sobre este bem. Assim, com os adventos tecnológicos (fotografias, vídeos, áudios, jogos, etc.) muitos objetos que não existem mais na forma física, ainda são estudados e divulgados.

Atualmente, no campo da documentação museológica, é adotado o inventário digital dos objetos de museus, e também há uma política nacional para a informatização e para o fomento de bancos de dados de peças adquiridas pelos museus (BRASIL, MINISTERIO DA CULTURA, 2003, p. 27). Nesse contexto surge uma nova tipologia de museus, os museus

virtuais, que surgiram quando as instituições disponibilizaram as informações, dados, fotos, e até mesmo realizam visitas virtuais de seus salões de exposição (HENRIQUES, 2004).

O fato é, que com o advento da internet, as instituições museológicas tiveram acesso a um mundo onipresente, no qual qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo pode acessá-lo, em diversas plataformas, como computadores pessoais, notebooks, tablets ou smartphones, ou qualquer instrumento que tenha acesso a internet.

3. MUSEALIZAÇÃO EM MÍDIAS SOCIAIS: NOVAS ABORDAGENS PARA O PATRIMÔNIO MUSEALIZADO

É importante refletir que as novas tecnologias, principalmente a internet, modificaram as comunicações, relações sociais e economia, como explica Castells (2003, p. 7), que compara a rede da internet como uma galáxia. Para ele a internet possibilitou a comunicação de muitos com muitos, que a partir de sua explosão em 1995, haviam 16 milhões de usuários e no começo de 2001 haviam 400 milhões.

3.1. MUSEUS NO INSTAGRAM: UMA NOVA ABORDAGEM PARA O PATRIMÔNIO MUSEALIZADO

Com o avançar das tecnologias, como um desdobramento dos museus virtuais, surgiram os museus em mídias sociais⁶. Nesse contexto, fazendo um breve comentário sobre essas plataformas, pode-se dizer que existem muitas, e algumas já não existem - como o Orkut, já outros sites, a cada dia ganham mais membros, como é o caso do Facebook, que é, atualmente, a rede social com mais membros⁷. Porém a mídia que mais tem sido destacada pelos museus, é o Instagram, que é uma rede social, de compartilhamento de fotos, onde cada usuário possui em sua página de usuário um espaço para colocar suas fotos, como se fosse um mural. Esta mídia cresceu ao ponto que negócios são feitos; produtos são vendidos e trocados; serviços são oferecidos e solicitados; empresas são montadas nessa rede.

⁶ Juntamente com a internet, surgiram as mídias sociais da internet, que podem ser definidas como: “[...] programas que funcionam como mediadores sociais e que favorecem a criação de redes de relacionamentos através de espaços onde o usuário pode juntar pessoas do seu círculo de relacionamentos, conhecer outras que compartilhem os mesmos interesses e discutir temas variados, construindo diferentes elos entre os “eus” privado e público (MACHADO; TIJIBOY, 2005, p. 3)

⁷ Machado e Tijiboy (2005, p. 4), refletem que nessas mídias, existem agentes que atuam dinamizando o fluxo de informações e interconexões, e assim o debate, as proposições, os desafios são estimulados.

Bem, o motivo do Instagram estar repleto de museus que funcionam inteiramente neste espaço⁸, é devido, principalmente pelo custo, manutenção e pela visibilidade oferecidos nessa mídia. Porém, os museus que estão nesse espaço, por serem, muitas vezes, de iniciativa privada, não estão inseridos no Sistema de museus, nem estão registrados no Ibram (Instituto Nacional de Museus). Esse fator interfere diretamente sobre a perspectiva de validade dos processos museológicos desses espaços, uma vez que a curadoria não se dá a partir de conceitos e critérios museológicos, pois alguns desses museus são geridos por pessoas que gostam muito de determinado assunto.

Nesse contexto, um dos melhores exemplos que pode ser usado como reflexão, é sobre o Museu da pelada. Este museu, funciona inteiramente no Instagram, e não possui uma sede ou site, funcionando inteiramente nesta rede social. Ele surgiu em 2014, após a derrota da seleção brasileira para a seleção alemã. Seu fundador, partiu em uma missão de resgatar a história do futebol brasileiro, reunindo materiais de coleções pessoais de jogadores famosos, como Zico, Garrincha, Romário, Pelé, entre outros... Em um vídeo postado no YouTube, o fundador do museu conta que ao receberem esse material, verificaram que muitas fotos estavam em processo de deterioração, então foi feito um trabalho de conservação e digitalização desses materiais, os quais são postados no Instagram.

De acordo com Chaves, Paulo e Serres (2016, p.169), o estudo do uso do Instagram, especificamente, como instrumento de interações e relações sociais nas mídias digitais, tem mostrado ser uma alternativa aos processos museais de compartilhamento de memórias do patrimônio material e imaterial e suas representações.

Refletindo um pouco sobre a visibilidade desse tipo de museu, ainda tomando como exemplo o Museu da Pelada, podemos destacar os seguintes fatores: Número de seguidores, número de curtidas em suas publicações, pois, diferente dos museus físicos, que utilizam o livro de visitas ou catracas para a contagem dos visitantes, os museus virtuais do Instagram precisam desses fatores para terem uma base de sua visitação. Desse modo, o Museu da pelada possui 11,6 mil seguidores, e uma média de 100 curtidas por foto, o que se pode considerar como um número interessante.

⁸ Em uma breve pesquisa no aplicativo do Instagram, foram encontrados quatro museus que funcionam nesta rede, dos quais dois são brasileiros (o @museudeimagens, com imagens Históricas do Brasil e de outros países, e o @museudapelada que é voltado para a história do futebol) e ambos possuem mais de dois mil seguidores.

Imagem do perfil do Museu da Pelada no Instagram



Fonte: Instagram

Um museu que também se destaca bastante, é o MoMA (Museum of Modern Art), que apesar de possuir um espaço físico, na W 52nd St, New York, EUA, possui muitas obras musealizadas no meio digital. Dentre essas obras, podem ser usadas como exemplo, as instalações, as performances, que já não existem no espaço físico, mas que ainda estão registradas em fotos e vídeos no próprio perfil deste museu, podendo ser apreciada a qualquer momento. Este museu possui 4,1 milhões de seguidores, e tem uma média de 23,42 mil de

curtidas nas fotos. Diante desses dados podemos afirmar que esse tipo de museu, de fato tem um grande poder de divulgação, comunicação e preservação dos bens inseridos em seu contexto. Mostrando-se um excelente meio para a musealização do Sítio Engenho Jaguarari, prospectando sua preservação e divulgação.

O Instagram, que é uma derivação do Fotolog, e trouxe uma revolução para o mundo, que abrange muito mais que um simples mural de fotos. Esta nova ferramenta elevou a acessibilidade que o advento da fotografia trouxe. Em livros, como exemplo, pode-se ver uma foto de uma estátua chinesa que já não existe mais, nesse sentido é possível dizer que a fotografia rompe com a materialidade e com a temporalidade, como é discutido por Santaella e Nöth (2001) sobre os três paradigmas da imagem. Para Silva (2008, p.19), o segundo paradigma, que diz respeito à fotografia, completa este raciocínio dito anteriormente, no qual:

“A imagem fixada na revelação é vestígio do real, um hiato, um recorte eternizado de um instante furtado, um arquivo para a posteridade, em que um momento vivo foi fixado e congelado no ato do disparo do flash; uma imagem-testemunha de um instante que não mais voltará, porque ele se foi”

No entanto, vale destacar, que as fotografias, seja em qual plataforma ou suporte de algo, não trazem a mesma experiência do momento de vivência, pois elas são apenas imagens que representam este momento, ela se torna uma imagem-documento que traz o recorte de um instante da realidade (SILVA, 2008, p. 22).

Nesse sentido, o Instagram, como uma mídia social, que trabalha com imagens, torna-se um mecanismo e uma alternativa na preservação, uma vez que, objetos que não existem materialmente e se perderam por desastres, ou fatores naturais, podem ainda existir na plataforma digital do Instagram e que diferentemente de um banco de dados de museu (que na maioria das vezes é consultado apenas por pesquisadores, que enfrentam um longo percurso de burocracia, para ter acesso) pode ser visto por qualquer pessoa disposta a entrar no perfil do museu no Instagram.

Segundo Lévy (2003, p. 137)

O mundo humano é ‘virtual’ desde a origem, bem antes das tecnologias digitais, porque ele contém em toda parte sementes de futuro, possibilidades inexploradas, formas por nascer que nossa atenção, nossos pensamentos, nossas percepções, nossos atos e nossas invenções não deixam de atualizar.

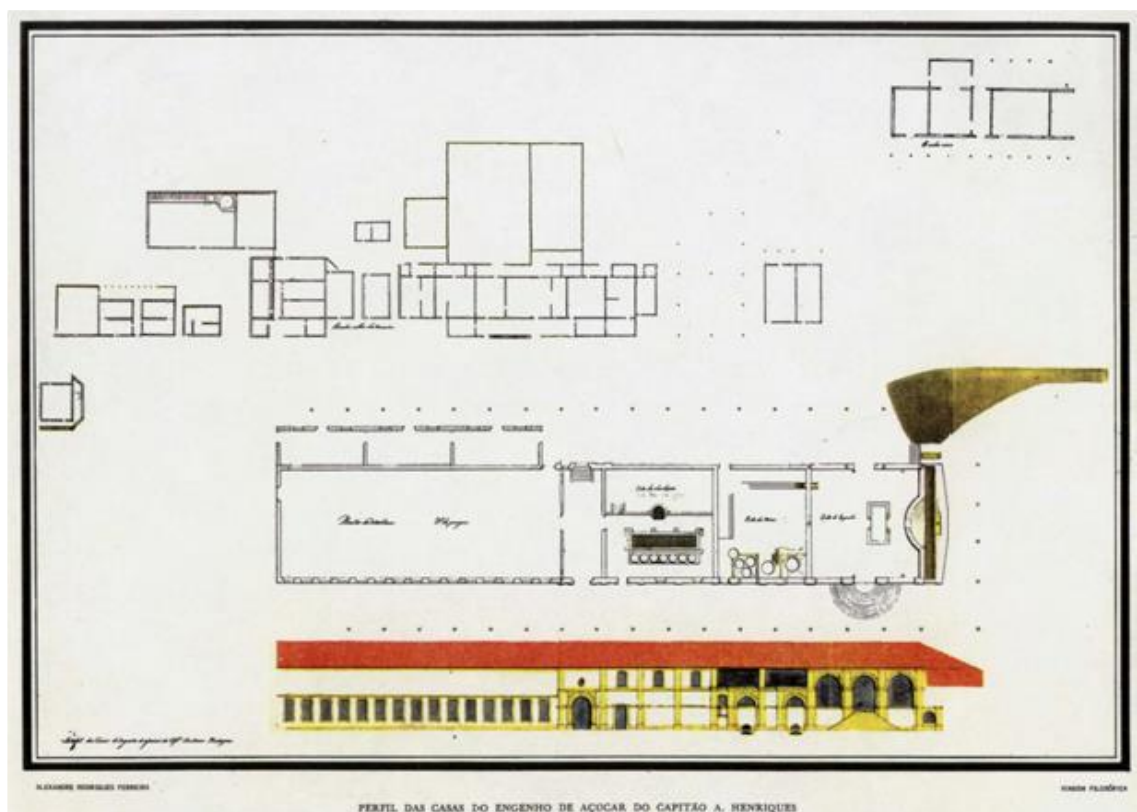
Embora esse tipo de visita virtual não traga a experiência completa, ou mesmo os dados completos sobre a peça, parte da informação sobre o Objeto de museu pode ser divulgada, uma vez que essa plataforma permite a escrita de uma legenda com 2200 caracteres para cada foto. Certamente esse espaço não é o suficiente para divulgar informações complexas e longas

envolvendo contextos históricos, sociais, econômicos, artísticos, culturais, em que um Objeto de museu informa e documenta. Existem pessoas que passam parte de suas vidas estudando e pesquisando Objetos de museus, obras artísticas e estruturas arquitetônicas, e mesmo assim, sua pesquisa atravessa gerações, pois uma pessoa não dá conta de pesquisar tudo, porém essas pesquisas são importantes pois sempre são referências e inspiração para que mais pessoas deem continuidade aos estudos.

Nesse contexto, com a criação de um perfil no Instagram, voltado para a divulgação do Sítio Engenho Jaguarari, objetiva-se uma nova abordagem para a divulgação, comunicação e preservação, busca-se que mais pessoas venham interessar-se por esse tipo de patrimônio, e seguir em pesquisas, fomentando ainda mais para a preservação desse engenho, bem como de outros que são encontrados na mesma maneira.

Esse perfil seria composto de fotos das estruturas desse engenho, fotos de alguns dos objetos encontrados no local, e que foram resgatados pelo Museu Emílio Goeldi, durante as escavações, pois são Objetos de Museus que foram pesquisados e devidamente documentados, facilitando a elaboração das legendas. Dentre os itens referentes a esse engenho, é importante destacar os desenhos e gravuras da faixa da do engenho feitas durante a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Perfil das Casas do Engenho de Açúcar do Capitão A. Henriques



Fonte: Fernando Luiz Tavares Marques

Um dos modelos de legendas, que pode ser interessante consiste em postar além de fotos dos objetos coletados naquele lugar (com sua ficha técnica, como legenda), serão publicados pequenos textos sobre informações do histórico, e do contexto social em que esse patrimônio está inserido. Também é relevante os relatos de pessoas que moram nas proximidades com esse sítio arqueológico.

Partindo dessa ideia, seguindo o exemplo do Museu das Coisas Banais, seria interessante, do ponto de vista museológico, e para ter mais parâmetros da eficácia na divulgação desse tipo de espaço, poderiam ser incluídas fotos de outras pessoas que visitassem o local. Porém, não excluindo a certeza que para esse tipo de abordagem, seria necessário haver uma infraestrutura nos locais onde são localizadas as estruturas do antigo engenho, bem como da área da capela, na qual é localizado o sítio arqueológico e, acima disso, seria importante a participação da comunidade que vive nas proximidades do Sítio Jaguarari, e para isso seria necessário um grande desdobramento, além de recursos.

Tomando como modelo as fichas de documentação museológica, a legenda da publicação no Instagram deverá conter o nome da peça, dimensões e breve explicação histórica envolvendo a peça, com o Sítio Jaguarari. Assim, o histórico sobre esse patrimônio, seria publicado com pequenas imagens em branco, contendo, no máximo um parágrafo contendo de 20 a 30 caracteres, pois até mesmo em grandes exposições, o uso excessivo de textos, com linguagem cheia de jargões, acaba afastando os visitantes, além de ser difícil de compreender (SERRELL, 1996).

Segundo Serrell (1996), frases grandes, com mais de 30 palavras, fazem com que a leitura se torne pesada ou que o visitante perca a linha de pensamento. A média deveria estar entre 10 a 15 palavras. Em relação aos parágrafos, recomenda-se evitar a aglutinação de informações em um único parágrafo, pois o visitante necessita de pausas entre as ideias que se apresentam.

Vale lembrar que esse espaço não seria um substituto para o sítio arqueológico em si, porém, mais uma forma de divulgação para que as pessoas tomem conhecimento desse espaço, e alertar para o descaso recorrente das administrações governamentais para com o patrimônio arqueológico.

Nesse contexto as novas mídias, principalmente as mídias sociais, atuam como uma alternativa para a preservação e comunicação do patrimônio, pois os objetos não têm vida eterna, e algum dia eles irão se perder, porém com a possibilidade da memória da internet. Embora os sítios históricos sejam importantes, estes, tem um isolamento do nosso universo social, principalmente pela falta de conhecimento (MARQUES e BARROSO, 2008, p. 3). Por isso, é tão importante a prática de valorizações culturais uma vez que estas agenciam o resgate e a transmissão deste contexto histórico-cultural, através da difusão do patrimônio aos visitantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os sítios históricos e arqueológicos sejam importantes, pois são considerados Patrimônio Nacional e ferramentas na construção de nossa história e do nosso passado, esses bens culturais têm um isolamento do nosso universo social. Isto ocorre, principalmente, pela falta de conhecimento, que é retrato da ausência de visibilidade desse patrimônio, que muitas vezes se encontra abandonado, como é o caso do sítio arqueológico Engenho Jaguarari, que além de abandonado, foi “depredado” de certa forma pelo próprio poder estatal, que ironicamente, é responsável pela proteção desse patrimônio.

Isso caracteriza o panorama da Arqueologia no Brasil, especificamente no Pará, onde as ações governamentais implementadas nesses espaços resumem-se na coleta dos artefatos, resultando na acumulação desenfreada de objetos arqueológicos em reservas técnicas ou laboratórios de pesquisa como uma forma (limitada) de salvaguarda, havendo pouco envolvimento desses bens em processos museológicos. No entanto, o objetivo da Museologia é justamente contribuir para a reversão desse quadro onde essas fontes arqueológicas aparecem como “memórias exiladas”. Por isso, é tão importante a prática de valorizações culturais, uma vez que estas agenciam o resgate e a transmissão deste contexto histórico-cultural, através da difusão do patrimônio aos visitantes e principalmente as comunidades que vivem no entorno desses espaços.

Nas palavras de Chagas (2011), os museus, durante muito tempo serviram apenas conservar os registros de memória e a percepção do mundo de um determinado grupo social. Igualmente, funcionaram como dispositivos ideológicos do Estado e também como forma disciplinaria controladora do passado, o presente e o futuro das sociedades. Atualmente, as instituições museológicas vêm passando por diversas transformações, ressignificação, e torná-los ferramenta de trabalho estratégica e criativa em prol do passado, do presente e das gerações futuras.

O uso das mídias sociais, em específico o Instagram, possibilita a concepção de uma curadoria virtual, configurada e criada com a participação dos visitantes e de suas experiências com o patrimônio, uma vez que este espaço virtual, além de permitir a criação de legendas em fotos, permite que outros usuários comentem, e marquem outros usuários para a apreciação dos momentos registrados nessa mídia social, transformando suas interações um novo molde de comunicação. A utilização dessas ferramentas permite a democratização do acesso aos processos museológicos.

Percebe-se que, além de uma excelente ferramenta de comunicação e informação, o Instagram, possibilita uma análise do perfil do público: permite levantar informações sobre a faixa etária; a cidade de origem e interesses dos usuários, por meio de ferramentas como as enquetes permitidas nos “Stories” do Instagram⁹. Ainda permite conhecer o olhar destes indivíduos sobre o e identificar suas demandas. O público passa a ter um caráter muito participativo, além de expectador, essas tecnologias aplicadas aos processos museológicos permitem uma grande interatividade entre público-museu, público-acervo e público-público.

Porém para que seja, demonstrado a eficácia desse tipo de museu na preservação do Jaguarari, seria necessário além da criação desse espaço museológico na plataforma do Instagram, a autorização das instituições responsáveis pelas pesquisas desse patrimônio - em específico o Museu Paraense Emílio Goeldi -, para a publicação das fotos dos Objetos arqueológicos musealizados, porém há possibilidade de continuidade dessa proposta, publicando pequenos textos sobre a história desse patrimônio, bem como a publicação de algumas ilustrações relacionadas com o Sítio Engenho Jaguarari, todavia, é imprescindível, para o estudo de público, uma pesquisa mais longa, verificando o quantitativos de curtidas e seguidores ao longo de pelo menos seis meses, após a criação desse museu no Instagram. Todavia, este trabalho, é o começo de uma nova abordagem para a preservação, comunicação e divulgação desse tipo de patrimônio.

⁹ Uma ferramenta que permite publicar um vídeo, ou foto, ou mesmo fazer transmissões ao vivo. Dentro dessa ferramenta, existem outras ferramentas, como enquetes, perguntas, receber mensagens de outras pessoas que visualizaram a foto, ou vídeo e em transmissões ao vivo, pode-se interagir com o público, pois existe uma janela de chat aberto, para a comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENZ, Karl Heinz. 2ª parte: A História dos Jesuítas na Amazônia. In: Patrimônio e história: os jesuítas na Amazônia/Orgs. Dayseane Ferraz da Costa, Karl Heinz Arenz – Belém: Pakatatu, 2014, p. 55-56.
- BAENA, Antônio Ladislau. Compêdio das Eras da Província do Pará. Belém: EdUFPA, 1969, p. 31.
- BENJAMIN, Walter (1972). Erfahrung und Armud, Gesammelte (II. 1)/Org. Rolf Tiedemann Herman Schweppenhäuser, Frankfurt em Main: Suhrkamp, 213-219.
- BETTENDORFF, João Felipe. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Belém, Fundação Cultural do Pará/secretaria de Estado da Cultura, 1990, (série Lendo o Pará, 5).
- BEZERRA, Marcia; NAJJAR, Rosana. ‘Semióforos da riqueza’: um ensaio sobre o tráfico de objetos arqueológicos. In: HABITUS. Goiânia, v. 7, n.1/2, p. 289-307, jan./dez. 2009.
- BRADLEY, Susan M. Os objetos têm vida finita? In: Conservação: Conceitos e Práticas / Organização de Marylka Mendes (et al); tradução de Vera L. ribeiro. 2. Ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2011.
- BANIWA, Gersen. Qual é sua Amazônia? In: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 4, n. 44, 2009.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- _____. Decreto n. 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em, v. 5.
- _____. MINISTÉRIO DA CULTURA. Política nacional de museus. Ministério da Cultura, 2003.
- BETTENDORFF, João Felipe. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Belém, Fundação Cultural do Pará/secretaria de Estado da Cultura, 1990, (série Lendo o Pará, 5).

- CARDOSO, Talyta Kaaroline da Silva; BARARUÁ, Macus V. V.; Vale, Radanés A, L. Quem são os Jesuítas? In: Patrimônio e história: os jesuítas na Amazônia/Orgs. Dayseane Ferraz da Costa, Karl Heinz Arenz – Belém: Paka-Tatu, 2014, p. 57-64.
- CHAVES, Rafael Teixeira; PAULO, André Luiz da Silva; SERRES, Juliana. O Instagram como ferramenta de comunicação museológica: o caso do Museu das Coisas Banais. *Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura* - V. 02, nº 01, ano 2016, p. 167-176.
- CHOAY, Façoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.
- COELHO, Rui Gomes; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Processo de Contato e Primórdios da Colonização na Baixa Bacia do Amazonas: séculos XVI-XVIII. *Estudos de Arqueologia Moderna*. 2012, p. 277-283.
- CURY, Marília Xavier. Museu, filho de Orfeu. In: ENCONTRO REGIONAL DO ICOFOM LAM: Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e Caribe, 1999, Coro, Venezuela. Anais... Coro: ICOFOM LAM, 1999. p. 50-55.
- DANIEL, João, 1722-1776. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*/editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens? Um estudo da vida religiosa de Itá, baixo Amazonas*, Ed. Nacional; Brasília, São Paulo, 2. ed. 1976.
- GIRALDI, Mariana; HANAZAKI, Natalia: *Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão, Florianópolis, SC, Brasil*, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GUARNIERI, Waldisa Russio C.. *Cultura, patrimônio e preservação, texto III*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1984. p. 59-64.
- HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HENRIQUES, Rosali. *Museus virtuais e Cibermuseus: a internet e os museus*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Portugal, 2004.
- IPHAN. **Portaria N° 299, de 6 de julho de 2004**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_299_de_6_de_Julho_de_2004.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2017.
- Museu da Pelada. Disponível em: <<https://www.instagram.com/museudapelada/?hl=pt-br>>. Acesso em: 3 de dez. 2018.
- JESUS, Priscila M. de. “A musealização de espaços urbanos na contemporaneidade: primeiras reflexões. *In: Revista de Teorias e Ciências da Arte*, vol. 6, 2010, p. 147-158.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III, Livro III. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
- LÉVY, Pierre. *Que é o Virtual? O*. Editora 34, 2003.

- LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. in: Boletim do Museu. Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.
- LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação. Seminário Serviços de Informação em Museus, p. 91-103, 2016.
- MACHADO, Joicemengue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. RENOTE, v. 3, n. 1, 2005.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. 2004.
- MAROEVIC, Ivo. O papel da musealidade na preservação da memória. SCHEINER, TMC Apostila Museologia, v. 1, 2006, p. 111-116.
- MARTELETO, Regina. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação. Brasília, v.3, n.1, p.27-46, jan./dez. 2010.
- MENDONÇA, Elizabeth. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e Museu: apontamentos sobre as estratégias de articulação entre processos de Patrimonialização e Musealização. Revista Museologia & Interdisciplinaridade, v. 4, n. 8, p. 88-106, 2015.
- MENSCH, Peter Van. 1990. "Methodological museology; or, towards a theory of museum practice". In: Objects of knowledge, ed. Susan Pearce, 141-157. Leicester e London: Leicester University Press.
- MOREIRA, Gisele Lopes. Análise do Potencial Arqueoturístico na Comunidade de Moju-PA. In: V Encontro Nacional da Anppas, 4 a 7 de outubro de 2010; Florianópolis – SC – Brasil.
- PEARSON, Colin. Preservação de acervos em países tropicais. In: Conservation, The GCI Newsletter, v2, n. 2, 1997, p 17-18. Conceitos e práticas/Organização Marylka Mendes [et al]; tradução de Vera L. Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2. ed. 2011.
- PIACENTE, Maria. Surfs Up_: Museums and the world Wide Web, MA Research Paper, Museum Studies Program, University of Toronto, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 133-147.
- SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 13.
- SANTOS, Gerson de Figueiredo dos. Estudo das potencialidades museológicas do Sítio Engenho Jaguarari. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (UFPA), 2017. Trabalho de conclusão de curso,
- SANTOS, Liliane Bispo dos; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio |MAST - vol. 5 no 1 – 2012.
- SALADINO, Alejandra et al. PROSPECÇÕES EM EXPOSIÇÕES E ATIVIDADES EDUCATIVAS: levantamento dos conceitos, imagens e representações sobre arqueologia e patrimônio arqueológico decorrentes dos processos de musealização In: IV Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico, 2016.

SCHEINER, Tereza. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 7, no 1, jan.-abr. 2012, p. 15-30.

SERRELL, B. Exhibit labels: An interpretative approach. Lanham, MD: Altamira Press, 1996.

SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o Patrimônio Cultural. In: AURORA ano V; n.7 - JANEIRO DE 2011. p. 103-113. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>. Acesso em 09 de Março 2018.

SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. P.. Viagem pelo Brasil, 1817-1820. Belo Horizonte, LivrariaItatiaia Editora Ltda. Vol. III, 1981.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz, 1962. Reconhecimento de Materiais que Compõem acervos / Luiz Antônio Cruz Souza, Yacy-Ara Froner. Belo Horizonte: LACICOR / EBA / UFMG, 2008.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Jesuítas, Colonos e Índios: A Disputa Pelo Controle e Exploração do Trabalho Indígena. In: T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI) /(Org.) José Luis Ruiz-Peinado Alonso; Rafael Chambouleyron. Belém: Editora Açaí, 2010, v., p. 47-64.

TRINIDADE JUNIOR, Saint-Claire Cordeiro da. DAS “CIDADES NA FLORESTA” ÀS “CIDADES NA FLORESTA”: ESPAÇO, AMBIENTE E URBANODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA. Papers do NAEA. N. 321, 2013.

TEIXEIRA, Lia Canola. Conservação preventiva de acervos /(Org.). Lia Canola Teixeira, Vanilde Rohling Ghizoni - Florianópolis: FCC; Coleção Estudos Museológicos, v.1, 74p. 2012.9

The Museum of Modern Art. Disponível em: <https://www.instagram.com/themuseumofmodernart/?hl=pt-br> Acesso em: 03 de dez. 2018.

VERÍSSIMO, Adalberto. Qual é sua Amazônia? In: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 4, n. 44, 2009.

WEGLEY, Charles, 1913 – Uma comunidade amazônica: estudo dos homens nos trópicos/Charles Wagley: tradução Clotilde da Silva Costa. Editora da universidade de São Paulo, Italaia; Belo Horizonte; São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, 2. série; v. 136, 3. ed. 1988.